

TCU prevê déficit de R\$ 55 bi e descumprimento da meta

Órgão também aponta a necessidade do governo rever para baixo o crescimento das despesas primárias

DEBRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) endossou os alertas sobre a possibilidade de do orçamento deste ano conter receita “superestimada”, o que colocaria em risco a meta de déficit zero. O órgão também apontou a necessidade do governo rever para baixo o crescimento das despesas primárias, tendo em vista que a sustentabilidade da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) não deve ser alcançada nos próximos dez anos.

Para a área técnica do TCU, cuja posição foi chancelada pelos ministros da Corte, há chances do Executivo registrar déficit de até R\$ 55,3 bilhões neste ano, o que acarretaria descumprimento da meta fiscal.

As conclusões, que ainda reforçam dúvidas sobre a capacidade de arrecadação do pacote de R\$ 168,5 bilhões de receita extra, foram aprovadas ontem pelo plenário do TCU.

O tema foi abordado em processo de acompanhamento sobre a conformidade do projeto de lei orçamentária de 2024. Apesar de não conter determinações ou recomendações, o acórdão e seus alertas serão encaminhados à Comissão Mista de Orçamento

ALERTA

“Não é objeto desta análise fazer simulações para trajetórias da Dívida Líquida do Setor Público, cabendo apenas ressaltar a situação preocupante para a sustentabilidade da dívida pública”

TCU, em relatório sobre as contas públicas

(CMO) do Congresso e a órgãos do governo, como a Fazenda.

Embora a peça orçamentária já tenha sido aprovada pelo Congresso, o relator do caso no TCU, ministro Jhonatan de Jesus, pontuou em seu voto que esse fato não altera as conclusões da Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal da Corte.

O relatório da área foi aprovado em julgamento que durou poucos segundos ontem. O acórdão, contudo, contém 51 páginas, e observações feitas também pelo relator.

Em seu voto escrito, Jhonatan de Jesus ressaltou que o governo não apresentou ao Congresso a metodologia pela qual estimou que as medidas do pacote de

arrecadação extra irão gerar R\$ 168,5 bilhões neste ano.

O ministro citou, por exemplo, as incertezas quanto ao potencial da lei de tributação de fundos de alta renda, cujo texto foi alterado pelo Parlamento, e a queda do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à continuidade da desoneração da folha de pagamentos, cuja renúncia fiscal é estimada em R\$ 12 bilhões pela Fazenda.

ECONOMIA COM INSS

Além de fazer os alertas sobre o nível de receitas e despesas previsto na proposta, a Corte também reforçou dúvidas sobre o cálculo da equipe econômica de que haverá uma economia de R\$ 12,5 bilhões no orçamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) neste ano.

Sem um detalhamento “adequado” sobre como o governo conseguirá alcançar esse feito, a área técnica afirmou ter ficado “impossibilitada” de fazer uma análise acurada sobre o tema, não ficando claro se a projeção é factível. “Tendo em vista a pouca clareza sobre a obtenção e a transparência desses valores”. (Estadão Conteúdo)



Sede do Ministério da Fazenda: pasta receberá alertas da Corte